

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Da Sra. REJANE DIAS)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a implementação do Programa Proinfância e a realidade de inúmeras obras interrompidas de construção de creches e pré-escolas em todo o País.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública para discutir a implementação do Programa Proinfância, do Ministério da Educação, e a realidade de inúmeras obras interrompidas de construção de creches e pré-escolas em todo o País, tendo como convidados representantes das seguintes entidades:

- Ministério da Educação;
- Tribunal de Contas da União;
- Conselho Nacional do Ministério Público;
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Associação Nacional do Ministério Público.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) foi criado em 2007, com os objetivos de promover a construção de creches e pré-escolas e a aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao

funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE.

Durante vários anos esse programa contou com recursos significativos que, porém, têm sofrido acentuado decréscimo. No primeiro quadrimestre de 2019, o repasse de apenas R\$ 10,2 milhões representou o menor valor desde o ano de 2009, em igual período. Em 2018, o valor relativo aos quatro meses iniciais do ano correspondeu a R\$ 81, 6 milhões. Em 2014, foram R\$ 506,6 milhões.

Encontram-se paralisadas, no presente momento, 1.014 obras, em todo o País. Da meta original de construção de prédios, com 8.831 creches e pré-escolas pactuadas até março de 2019, apenas 3.981 foram concluídas. Ao final de 2018, totalizavam-se 1.860 obras canceladas.

O direito à educação infantil merece ser garantido como prioridade absoluta. A implementação do programa em questão é fundamental para o êxito das políticas públicas educacionais.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada REJANE DIAS